

Ata nº. 03/2014

No dia cinco de março de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária a Junta da Freguesia de Ermesinde, com a presença do Presidente Luís Miguel Mendes Ramalho e dos Vogais, Teresa Marta Correia de Sousa Raposo da Silva Teixeira, Sónia Isabel Leite Ferreira da Silva, Maria Esmeralda Correia de Carvalho, João Fernando da Costa Morgado, Adelino Joaquim Machado Soares e Carla Celeste Magalhães Mendonça de Sousa. -----

A reunião teve a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período antes da Ordem do Dia -----

a) Informações: -----

Gabinete de Ação Social -----

Viver bem aos 55+ -----

Loja Social – Relatório -----

Dia Internacional da Mulher -----

Loja CTT – Alteração do Horário -----

Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos -----

b) Intervenção do público -----

Ordem do Dia -----

Ponto um – Discussão e aprovação da Ata nº 1 de 2014; -----

Ponto dois – Protocolo com a Comissão de Festas em Honra de S. Lourenço; -----

Ponto três – Protocolo com a Conferência S. Vicente de Paulo; -----

Ponto quatro – Protocolo com os Bombeiros Voluntários de Ermesinde; -----

Ponto cinco – Protocolo com o Ermesinde Sport Club 1936; -----

Ponto seis – Protocolo com o Clube Zupper; -----

Ponto sete – Ratificação da Proposta da Comissão de Atribuição de Subsídios; -----

Ponto oito - Nota de Honorários apresentada pelo Dr. Agostinho Machado; -----

Ponto nove – Realização, em parceria, do Campo de Férias para ocupação de tempos livres, nas férias letivas da Páscoa; -----

Ponto dez – Atribuição de Abono para falhas a três funcionários; -----

Ponto onze – Alteração ao número de designação dos Caixas de Tesouraria; -----

Ponto doze – Prorrogação da data limite para averbamentos de jazigos, sem aplicação de coima; -----

Ponto treze - Intervenção dos Membros do Executivo; -----

Ponto catorze - Expediente. -----

O Sr. Presidente começou a reunião por cumprimentar todos os presentes na sala, e dando entrada nas informações disse: -----

- Tendo sido enviado com a convocatória o relatório sobre a atividade da Loja Social e do programa “Viver bem aos 55+”, convida os membros do Executivo a apresentarem as dúvidas que acharem pertinentes. -----

No que concerne ao programa do Dia da Mulher refere que a Associação Empresarial e Comercial contactou a Junta de Freguesia de modo a associar-se a esta iniciativa, tendo colaborado na organização do evento bem como nos contactos com os comerciantes. -----

Informa também que foi contactado pelos CTT que informaram que os tempos de espera de atendimento continuam alargados pois o número de funcionários é insuficiente para dar resposta a todas as solicitações. Assim, procederam ao encerramento dos serviços durante a hora do almoço, o que faz com que todos os funcionários retomem o seu serviço de atendimento simultaneamente, rentabilizando as suas funções. -----

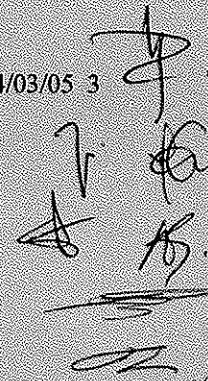
Diz também que a Câmara Municipal de Elvas fez chegar às Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e Assembleias Municipais uma moção referente aos doentes oncológicos e oftalmológicos, no sentido de estas se solidarizarem para que seja discutida em sede da Comissão da Saúde. -----

Questiona os restantes membros do Executivo se pretendem incluir esta Moção como ponto da Ordem de Trabalhos uma vez que esta foi já presente à Câmara Municipal. -----

O Vogal Adelino Soares demonstrou interesse para que esta Moção fosse debatida aqui em sede de Executivo, pelo que passou a ser o décimo terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, com a alteração da restante numeração da mesma. -----

O Vogal João Morgado questionou o Sr. Presidente acerca do número de processos que obtiveram auxílio medicamentoso através do Fundo de Emergência Social e do Rotary Clube de Ermesinde. -----

Também o Vogal Adelino Soares diz que em relação à Comemoração do Dia Internacional da Mulher embora concorde com as atividades propostas, refere que nelas não se reflete verdadeiramente o que se assinala aquele dia. Espera que nas próximas comemorações não se tenha em conta uma perspetiva tão comercialista. -----



A Vogal Esmeralda Carvalho lembra que fez-se já no Executivo anterior, no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, um debate onde esteve presente a Secretária de Estado para a Igualdade, sugerindo que nas próximas datas se possa fazer algo semelhante. -----

Aquando das intervenções do público o Sr. José Manuel Castro pediu a palavra para comunicar ao Executivo a existência de falta de material para que o serviço seja efetuado da melhor forma, nomeadamente galochas com biqueira de aço, fatos de oleado, dizendo que existem mesmo funcionários a trabalhar com as roupas rasgadas. Tendo comunicado esses casos ao Sr. Costa, este respondia sempre que o equipamento estava ainda em condições para trabalhar. Manifesta a sua incompreensão como o facto de a Junta de Freguesia possuir várias carrinhas, mas não levar nem ir buscar o seu pessoal ao respetivo local de trabalho, até porque as mesmas circulam por diversas vezes durante o dia. Refere que na semana anterior os funcionários foram insultados pelo Sr. Costa, concluindo que este não está a executar um bom trabalho e apela ao Sr. Presidente para tomar uma atitude. Termina dizendo que em termos pessoais não tem nada contra o funcionário em questão, mas que em termos profissionais este tem muitas situações em que não se comporta da melhor forma. -----

Quanto a este assunto o Sr. Presidente responde que tais reclamações deverão ser formalizadas para que o Executivo possa dar seguimento ao devido processo. No que respeita ao fardamento, refere que este ainda não está disponível porque houve uma alteração no fornecedor o que levou a um atraso na substituição dos mesmos. -----

Neste ponto o Vogal Adelino Soares é da opinião que este espaço da reunião dedicado ao público destina-se a que os fregueses coloquem as suas questões referentes à Cidade ou à Junta de Freguesia, não sendo o local próprio para que os funcionários manifestem o seu descontentamento com os colegas de trabalho, mesmo que o objetivo seja alertar os membros do Executivo para esse facto. Termina dizendo que no dia em que seja necessário denunciar a existência de medo dos funcionários para com a Autarquia, tal será imediatamente feito pela força política que representa,

Ponto um – Discussão e aprovação da Ata nº 1 de 2014; -----

Tendo em conta que a Vogal Carla Sousa não se sente preparada para aprovar a ata em questão por esta não ter sido enviada com a restante documentação, o ponto um foi retirado. -----

Dando entrada no segundo ponto o Sr. Presidente propõe que sejam discutidos em bloco os pontos dois a seis, o que foi aceite pelos restantes membros do Executivo. -----

Em relação a este ponto começa a Vogal Carla Sousa por perguntar com que base são atribuídos os valores aos Bombeiros e à Conferência S. Vicente de Paulo sendo da opinião que esta última não é uma Associação tal com está definida no protocolo, ao que o Sr. Presidente explica que, o protocolo será assinado com a Comissão Fabriqueira da Igreja paroquial de S. Lourenço, pelo que essa questão se encontra sanada. No que concerne ao valor atribuído aos Bombeiros, considerou-se que a sua atividade seria considerada, ao contrário das outras Associações, sem atender a atividades pontuais, uma vez que a sua atividade é muito mais abrangente, tendo sido considerado um valor global semelhante ao atribuído nos anos anteriores. Por seu lado, quanto às Conferências S. Vicente de Paulo, atendendo à sua estrutura precária e ao facto da ausência de atividades concretas, uma vez que se dedica na génese à ação social, optou-se por celebrar um protocolo em vez de esta aceder ao subsídio mediante candidatura. A mesma Vogal questiona quantas famílias são abrangidas pelo apoio das Conferências e que tipo de apoio é esse ao que o Sr. Presidente responde que neste momento são mais de cento e oitenta famílias auxiliadas com alimentos e financeiramente. Refere ainda a Vogal que desconhece os programas de futebol de sete e das caminhadas pelo que lhe faz confusão atribuir um valor sem saber as verdadeiras contrapartidas, sendo da opinião que estamos a atribuir um subsídio disfarçado de protocolo com determinadas Associações apelando ao rigor na ponderação do Regulamento de atribuição de Subsídios. A isto responde o Sr. Presidente que não podemos olhar para a atribuição de subsídios como uma prestação de serviços, mas sim como a prestação de um apoio à coletividade. -----

O Vogal João Morgado chama a atenção para o facto de não estar contemplado na tabela o valor a atribuir ao Clube Zupper, respondendo o Sr. Presidente que se trata de um lapso a corrigir. -----

Também o Vogal Adelino Soares intervém para lamentar que o nosso tecido associativo não seja mais interventivo com atividades o que se verifica pelo reduzido número de candidaturas aos subsídios a atribuir.-

Votados em conjunto os pontos dois, três, quatro, cinco, seis e sete, foram os mesmos aprovados por unanimidade. -----

Ponto dois – Protocolo com a Comissão de Festas em Honra de S. Lourenço; -----

Ponto três – Protocolo com a Conferência S. Vicente de Paulo; -----

Ponto quatro – Protocolo com os Bombeiros Voluntários de Ermesinde; -----

Ponto cinco – Protocolo com o Ermesinde Sport Club 1936; -----

Ponto seis – Protocolo com o Clube Zupper; -----

Ponto sete – Ratificação da Proposta da Comissão de Atribuição de Subsídios; -----

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large 'V' and 'AS'.

Ponto oito - Nota de Honorários apresentada pelo Dr. Agostinho Machado; -----

Neste ponto informa o Sr. Presidente que este processo judicial se iniciou ainda no mandato do Sr. Artur Pais tendo a Junta de Freguesia sido condenada a pagar o montante de 755,00€ (setecentos e cinquenta e cinco euros) acrescido de juros de mora. Diz também que quem recebeu a notificação da sentença foi o Mandatário da Junta de Freguesia, que, perguntado sobre esse assunto, informou que a tinha enviado por correio eletrónico no final do ano passado. Recebemos agora a nota de honorários no valor de 5.500,00€ acrescido de IVA, montante que considera absurdo tendo em conta o desempenho prestado. Independentemente da nota explicativa dos honorários, sugere que estes não sejam pagos, na tentativa de ajustar uma redução dos mesmos, reconhecendo porém que também não houve uma prévia negociação dos montantes a cobrar. -----

Quanto a este assunto o Vogal João Morgado diz que ainda ponderou pedir à Ordem dos Advogados um parecer acerca do custo cobrado por hora, mas depois concluiu que sendo esta uma profissão liberal, não deverá haver uma tabela específica para tal. É da opinião que o que pode ser posto em causa é se foram despendidas sessenta horas com o processo mas percebe que isto seja difícil de provar. É da opinião que se tente negociar o valor a pagar pois também considera a quantia exagerada. -----

A Vogal - Tesoureira Sónia Silva manifesta a sua concordância com o Vogal João Morgado, no sentido de se tentar negociar o valor dos honorários. -----

A Vogal - Secretária Teresa Raposo considera que deveria ter sido pedida previamente uma estimativa dos honorários a pagar, com o conhecimento do número de horas a dedicar ao processo e o valor das mesmas. Conclui que não há grande margem para dúvida quando nos é dito que foram gastas sessenta horas de estudo, pois não há forma de provar o contrário, sendo da opinião que falando com o Mandatário poder-se-á tentar chegar a um consenso. -----

O Vogal Adelino Soares pergunta se a Junta de Freguesia tem alguma avença com um advogado de modo a prevenir que estas futuras situações se repitam e é da opinião que se tente pagar faseadamente o valor apresentado. Considera importante responsabilizar o Executivo em funções à data por não ter previamente cuidado de saber quanto é que este processo poderia custar. -----

Conclui-se unanimemente pela tentativa de negociação dos honorários apresentados. -----

Ponto nove – Realização, em parceria, do Campo de Férias para ocupação de tempos livres, nas férias letivas da Páscoa; -----

Começa o Sr. Presidente por dizer que a Associação SóJovem começou por desenvolver nas férias do Verão Campos de férias dedicados às crianças tendo alargado os mesmos a outras edições nas férias da Pascoa. Perante a informação da Camara Municipal que a atividade que decorreria na Páscoa não iria ser realizada, na qualidade de Presidente da referida Associação, e tendo em conta a importância da referida atividade foi dito que se tentaria encontrar novo parceiro. Assim sendo, e uma vez que a SóJovem é detentora do Alvará para realização dos Campos de Férias, vem a proposta de parceria ser presente ao Executivo. -----

O Vogal Adelino Soares pergunta se na prática, para além da utilização do espaço, esta atividade acarreta outras despesas para a Junta de Freguesia, ao que o Sr. Presidente responde que não haverá despesas para a Junta de Freguesia pois a participação é paga pelos pais. -----

O Vogal João Morgado pergunta se surgir outra Associação disponível para efetuar Campos de Férias, o comportamento da Junta de Freguesia será o mesmo. O Sr. Presidente diz que como esta atividade será da própria Junta de Freguesia, esta não poderá agora estabelecer parcerias com outras Associações, mas admite que tal poderá ser efetuado no futuro com outras Associações desde que estas reúnam as devidas condições e apresentem melhores propostas. -----

Colocado o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com a abstenção do Sr. Presidente por conflito de interesses. -----

Ponto dez – Atribuição de Abono para falhas a três funcionários; -----

Diz aqui o Sr. Presidente que o abono para falhas é um direito de qualquer funcionário que lide com pagamentos de caixa, e neste caso será atribuído aos três trabalhadores que foram recentemente integrados no quadro da Junta de Freguesia. O valor atribuído é igual para todos pois estes têm o mesmo valor salarial. -----

Colocado o ponto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Ponto onze – Alteração ao número de designação dos Caixas de Tesouraria; -----

No seguimento do ponto anterior, e de modo a que cada funcionário tenha o seu caixa de pagamentos e recebimentos, foi necessário criar e alterar a designação dos Caixas de Tesouraria, assim como foi necessário alterar o caixa do Posto A. -----

Este ponto foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto doze – Prorrogação da data limite para averbamentos de jazigos, sem aplicação de coima; -----

O nosso Regulamento diz que o averbamento deverá ser feito nos 90 dias posteriores à data do óbito sendo que as Finanças consideram que o prazo de 90 dias se conta a partir do último dia do mês do falecimento, e de modo a uniformizar ambos, sugere-se a alteração ao nosso Regulamento nesse sentido. -----

Ponto treze – Discussão da Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos -----

Ponto catorze - Tendo em conta que o documento foi já explicado em sede de informações, sugere que seja manifestada a solidariedade da Junta de Freguesia com a causa apresentada, sem subscrição concreta da referida Moção, o que foi aceite por unanimidade. -----

Ponto quinze - Intervenção dos Membros do Executivo; -----

A Vogal Esmeralda Carvalho refere que a escadaria de madeira do Parque Urbano está bastante degradada, pelo que apela à sua reparação. Refere que ficou muito satisfeita por a Refer ter decidido construir a passagem superior no apeadeiro da Palmilheira, facto que esta, em nome do Partido Socialista, reivindicou por vários anos. -----

O Vogal Adelino Soares diz que lhe chamaram a atenção para um funeral que ocorreu no passado sábado e cujo caixão terá ficado por tapar por indisponibilidade dos funcionários. O Sr. Presidente diz que tal não é verdade, porque o que sucedeu foi apenas a não colocação do tampo no jazigo. Refere que essa situação acontece por vezes pois durante o fim-de-semana estão menos funcionários de serviço. Considera que o risco de colocar a pedra por cima do jazigo e esta eventualmente partir é maior e causa maior prejuízo do que aguardar pelo dia útil seguinte para que tal seja efetuado. -----

A Vogal Carla Sousa na sua intervenção apresenta duas propostas, uma recomendação e uma saudação que foram entregues e anexados a esta ata. -----

Antes disso pretende tirar umas dúvidas acerca das informações e fazer também algumas sugestões. Assim, quanto ao Gabinete de Ação Social constata que só foram atendidas 32 pessoas quando é referido 78 questionando se existe alguma explicação para isso. O Sr. Presidente responde que fazemos agendamentos para todos os Gabinetes de Atendimento integrado, sendo só contabilizados os efetivamente efetuados pelo nosso Gabinete. Sabe também que no âmbito do programa "Viver bem aos 55+" foram enviadas comunicações relativas às alterações dos horários tendo algumas pessoas recebido informação em duplicado por estarem inscritas em várias modalidades, o que considera um gasto excessivo. Pergunta também porque é que a Loja Social funcionou apenas quinze dias em janeiro, e quais são os produtos que

foram transacionados bem como aqueles que têm maior ou menor procura. No que concerne ao dia Internacional da Mulher perguntou qual o critério para se efetuarem convites aos comerciantes e se todos tinham sido contactados uma vez que a comunicação foi feita via Facebook. Constata, assim, que uma certa discriminação em relação aqueles que não utilizam aquela rede social sugerindo que seja criada uma base de dados com os contactos de todos os comerciantes para que se enviasse um mail a informar da iniciativa. Considera também que tal comemoração é muito redutora do significado daquele dia, apostando numa via mercantilista. Propõe que a Junta de Freguesia através do seu Gabinete de Ação Social encete ações de acompanhamento e sensibilização sobre os direitos da mulher e organize em protocolo com outros parceiros uma rede social que diagnostique e proceda ao encaminhamento de casos de discriminação de género e elabore um plano para o combate a tal desigualdade. Leu também uma recomendação onde sugere que o Executivo delibere no sentido de recomendar à Camara Municipal de Valongo que notifique os proprietários das viaturas abandonadas na via publica para que estes as retirem, notificando também as empresas privadas de transportes acerca do estacionamento indevido na via. Propõe que se constitua uma comissão para conceber e apresentar uma proposta para a implementação de um orçamento participativo permitindo efeitos práticos para a elaboração do Orçamento de 2015. Termina perguntando para quando a deslocação à Rua 1º de Dezembro para análise da situação que ficou pendente. -----

A tudo isto responde o Sr. Presidente que tal se ficou a dever à existência de obras no local e que se transacionam uma média de mil e trezentos artigos por mês pelo que tal não se consegue aferir podendo-se apenas fazer uma análise global. Quanto ao dia da Mulher, responde que aqueles que não tem Facebook provavelmente também não terão e-mail, sendo da opinião que estes também têm que ter a sua intervenção e iniciativa. -----

Também a Vogal Tesoureira Sónia Silva diz que esta iniciativa já se realiza há pelo menos dois anos tendo o número de comerciantes que participam vindo a aumentar, sendo a informação transmitida entre eles.-----

No que concerne ao diagnóstico das atitudes discriminativas a orientar pelo Gabinete de Ação Social e o plano de combate à desigualdade de género o Sr. Presidente responde que tal já existe no Concelho. -----

Em relação aos documentos apresentados pela Vogal Carla Sousa, tendo sido todos eles admitidos à discussão, a saudação proposta foi aprovada por unanimidade. A recomendação e proposta das ações de sensibilização são também de seguir, uma vez que foram já no passado efetuadas pela Junta de Freguesia ações nesse sentido, conjuntamente com a PSP e com outras entidades. Considera que não faz qualquer sentido criar a rede de protocolos de monitorização uma vez que esta já está criada no concelho assim como existe já o Plano Municipal da Luta contra a Violência doméstica, o que considera uma duplicação de recursos, pelo que apesar de poder ser aprovada, a Junta de Freguesia não irá sobrepor-se a outras entidades. Quanto à proposta acerca das viaturas abandonadas e mal estacionadas concorda com a mesma, embora o Vogal João Morgado seja da opinião que o procedimento é um pouco diferente do que se

propõe. Colocada a proposta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade. Quanto à proposta referente ao Orçamento participativo, esta foi aprovada por unanimidade, sugerindo o Sr. Presidente que na próxima reunião seja feita uma proposta de nomeação da comissão. -----

Ponto dezasseis - Expediente. -----

Legalização de Transação -----

Cemitério nº. 1 -----

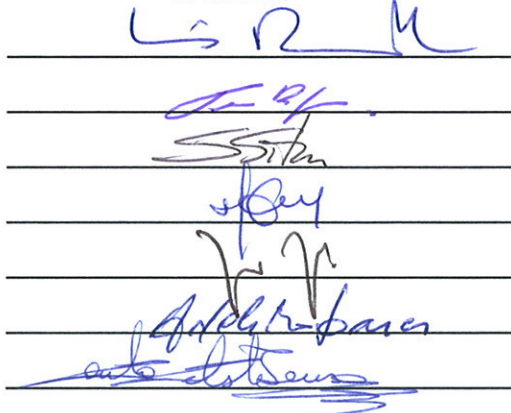
Conforme consta na Ata nº. 2, da reunião realizada no dia cinco de fevereiro de dois mil e catorze, a Junta deferiu a transação do jazigo, sito no Cemitério número um, do qual foram Primeiros Instituidores Palmira dos Santos Lopes e marido Manuel Joaquim Moreira Lopes, a favor de Maria Emília dos Santos Marinho e marido Manuel Francisco da Silva Pereira Pinto, residentes na Rua Pedro Hispano, nº. 135, em Ermesinde; e Alcinda Maria dos Santos Marinho e marido José Alexandre Fernandes Magalhães, residentes na Rua de São Pedro, nº. 236, em Alfena. Os emolumentos desta transação foram pagos através do Recibo número 20140802. -----

Construção de jazigo -----

Foi ratificada a autorização dada para construção de um jazigo na secção nº. 16, do Cemitério nº. 1, com base no requerimento apresentado pelos atuais concessionários, Joaquim Vieira Marques e esposa Maria Soares da Silva, que para o efeito apresentaram o desenho e respetiva memória descritiva. A respetiva licença foi paga através do recibo nº. 20140337. -----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada. -----

A JUNTA



PROPOSTA


Considerando:

- 1 - A proposta de orçamento e respectivos planos – Plano Plurianual de Investimentos e Plano Anual de Actividades - são determinantes na prossecução de investimentos e decisões assumidas pelo poder político. Após aprovação, estas propostas delimitam quase integralmente os âmbitos de actuação e a relevância atribuída a cada área de intervenção;
- 2 – Os Planos Anual e Plurianual têm repercussões directas na qualidade de vida dos cidadãos nomeadamente ao nível dos programas e iniciativas, serviços e espaços públicos da competência dos órgãos locais;
- 3 – É premente um maior envolvimento cívico e democrático das populações nas decisões efectuadas pelo poder político, mormente o local, evitando o absurdo de ver a participação democrática limitar-se ao exercício do voto em cada quadriénio;
- 4 – São já inúmeras as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia que adoptaram a auscultação da população enquanto protagonistas interventivos, na construção e decisão da aplicação dos recursos financeiros de que dispõe para investimento, e que propiciam iniciativas de envolvimento dos cidadãos na discussão quer sobre as grandes opções do plano de investimento, como nas opções do plano de actividades;
- 5 – É do interesse do poder local, a proximidade com as populações, reforçando os mecanismos de participação em que ambos beneficiam: quer através de uma população mais esclarecida e participativa, como da clarificação e credibilização das opções assumidas, como ainda da percepção e assunção de opções mais acertadas e justas, por parte dos órgãos executivo e deliberativo, em consonância com as reais necessidades e anseios da população;
- 6 - A hipótese dos cidadãos ermesindenses participarem democraticamente na elaboração do orçamento da junta de freguesia, foi uma proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda e que integra o Plano Anual de Actividades.

A representante do Bloco de Esquerda propõe na reunião ordinária do Executivo da Junta de Freguesia de Ermesinde, de 05 de Março, que se constitua uma comissão para conceber e apresentar uma proposta-projecto para a implementação de um Orçamento Participativo na Freguesia de Ermesinde, permitindo efeitos práticos já na discussão do Orçamento de 2015.

A representante do Bloco de Esquerda,

Carla Celeste Sousa



SAUDAÇÃO/PROPOSTA

Um grande estudo europeu, divulgado ontem sobre violência, constatou que cerca de 25% das mulheres portuguesas foram já vítimas de violência e que 30% desconhecem que há políticas nacionais de prevenção e leis que as protegem da violência doméstica. Confirmado está também o pendor de género na violência física, psíquica ou sexual: 97% das vítimas são mulheres.

Pelos dados do Observatório de Mulheres Assassinada, da UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), 33 mulheres foram assassinadas vítimas de violência doméstica, em 2013.

Desde a instituição do Dia Internacional da Mulher, e 40 anos após o 25 de Abril, assistimos a grandes avanços e conquistas a nível legislativo e de apoio à vítima, mas também, incompreensivelmente, a uma discriminação de género em esferas de âmbito social, laboral, etc, quer no domínio público como virtual. Na prática os direitos das mulheres não estão a ser garantidos.

A austeridade intensa e permanente a que os partidos do governo e a troika estão a sujeitar a população, traduzem-se num recuo de décadas na organização social e são as mulheres que continuam a ser as primeiras vítimas, com um acréscimo de dificuldades: desemprego, ou trabalhos sem direitos, precaridade, baixos salários e/ou diferenças salariais, pobreza, dificuldade na maternidade e paridade, violência, etc. Este momento de crise compromete e condiciona não só todos e quaisquer apoios, como uma resposta eficaz às vítimas está em risco.

O dia 08 de Março, símbolo da luta e emancipação cívica e social da mulher - por melhores condições de vida, direito a voto, e democracia sem discriminação - permanece hoje uma referência na luta pela emancipação, igualdade e dignidade. A evocação do dia internacional da mulher, serve não só para exultar e reconhecer a importância do papel da mulher no desenvolvimento da sociedade, como para dar visibilidade a esta luta contra a discriminação das mulheres.

A representante do Bloco de Esquerda no executivo da Junta de Freguesia de Ermesinde propõe um voto de saudação:

- Às mulheres ermesindenses;
- A todas as mulheres e homens que continuam resilientes na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, fraterna e solidária, reivindicando direitos legalmente instituídos na luta contra a discriminação e eliminação de todas as formas de violência sobre as mulheres, e lutando pela aplicação plena dos seus direitos, pela dignidade e igualdade de género.

PROPOSTA

Na sequência da proposta de saudação ao dia Internacional da Mulher e porque:

- não nos podemos conformar ou resignar perante as evidências de desigualdade que persistem;
- a violência é uma violação dos direitos fundamentais no que diz respeito à igualdade e à dignidade;
- a violência de género é um problema de cidadania, de direitos humanos e consequentemente político..

Na perspectiva de que o poder local não pode, nem se deve alhear desta discriminação, a representante do Bloco de Esquerda propõe que a Junta de Freguesia através do seu gabinete de Acção Social:

- 1 - Encete acções de sensibilização e acompanhamento com acções incisivas sobre os direitos da mulher, enquadrando-o legalmente;
- 2 – Organize e protocole com outros parceiros uma rede social que diagnostique, monitorize e proceda ao encaminhamento de casos de discriminação de género;
- 3 - Elabore um plano de intervenção social para a igualdade de género que contemple entre outros o combate eficaz à violência doméstica e à igualdade de género.

A representante do Bloco de Esquerda,



Carla Celeste Sousa

RECOMENDAÇÃO

Atendendo às várias denúncias efectuadas pelos fregueses de Ermesinde face ao crescente número de veículos abandonados em diversos locais da cidade, e ao estacionamento indevido quer de veículos de transportes de passageiros como de mercadorias de empresas privadas,

A representante do Bloco de Esquerda propõe que o Executivo da Junta de Freguesia de Ermesinde, na sua reunião ordinária de 05 de Março de 2014, delibere:

- 1 – Recomendar à Câmara Municipal de Valongo que proceda à notificação dos proprietários das viaturas abandonadas na via pública, para que as retirem num prazo legalmente fixado;
- 2 – Na eventualidade de incumprimento do ponto anterior, que a Câmara Municipal de Valongo exerça a sua responsabilidade de remoção dos veículos, recorrendo, se necessário, a adjudicações temporárias/pontuais;
- 3 – Que fiscalize e aplique as coimas legalmente definidas às empresas privadas por estacionamento indevido e colocação em risco da segurança pública.

A representante do Bloco de Esquerda,



Carla Celeste Sousa

